

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

II LEGISLATURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2002/2003)

1. INTRODUÇÃO

A 2.^a Sessão Legislativa da II Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, iniciou-se em 16 de Outubro de 2002 e terminou em 15 de Agosto de 2003, período normal de funcionamento do órgão legislativo.

A II Legislatura da Assembleia Legislativa, iniciada em 16 de Outubro de 2001 e com uma duração prevista de quatro anos, é composta por 27 membros (23 na I Legislatura), dos quais:

Deputados eleitos por sufrágio directo: 10 (8 na I Legislatura)

Deputados eleitos por sufrágio indirecto: 10 (8 na I Legislatura)

Deputados nomeados pelo Chefe do Executivo: 7 (7 na I Legislatura)

Na primeira reunião plenária da 2.^a Sessão Legislativa da II Legislatura da Assembleia Legislativa, realizada em 16 de Outubro de 2002, procedeu-se à eleição, de entre os Deputados, dos membros das três Comissões Permanentes. Os membros eleitos para cada uma das Comissões foram os mesmos que integraram as correspondentes Comissões na sessão legislativa anterior, com excepção do Presidente e Secretário da 3.^a Comissão Permanente.

A composição dos Órgãos e Comissões da Assembleia Legislativa referentes à Sessão Legislativa de 2002/2003, consta em Anexo I ao presente Relatório de Actividades.

A actividade registada na Sessão Legislativa de 2002/2003, pautou-se pela diversidade da produção legislativa analisada, debatida e votada, pela tomada de diversas Resoluções, pelo amplo debate das Linhas de Acção Governativa apresentadas pelo Senhor Chefe do Executivo, por uma multiplicidade de intervenções antes da ordem do dia sobre questões de interesse público e pela apresentação de interpelações escritas ou orais sobre as acções do Governo. O desenvolvimento das actividades das Comissões Permanentes traduziu-se em diversos pareceres sobre o processo legislativo na fase de apreciação na especialidade, sendo de salientar, quando solicitado para o efeito, a colaboração de representantes do Executivo e/ou dos agentes económicos ou associações envolvidos como parte interessada nos respectivos diplomas.

Os Recursos Humanos, as Instalações e os Equipamentos foram objecto de uma gestão criteriosa por parte da Mesa da AL no sentido de assegurar o desenvolvimento cabal dos poderes e deveres funcionais dos Deputados, gestão essa enquadrada numa política orçamental de racionalização de custos. Prosseguiram as acções de formação dos recursos humanos da AL no sentido de valorizar qualitativamente a prestação funcional dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa que mantiveram sensivelmente os mesmos quantitativos de pessoal em relação a anos anteriores.

Foi prosseguida uma política de abertura ao exterior das responsabilidades políticas e trabalhos da Assembleia Legislativa através de uma multiplicidade de contactos externos com entidades públicas ou privadas ou com individualidades do corpo diplomático sediado em Macau ou Hong Kong, contactos esses desenvolvidos

maioritariamente pela Senhora Presidente ou, de forma menos frequente, pelos Membros da Mesa da AL e pelos Senhores Deputados.

A divulgação das competências, estrutura de funcionamento e instalações da AL, bem assim como a publicação dos Diários das sessões legislativas e da Colectânea sobre os Grandes Códigos e a disponibilidade para o atendimento às questões colocadas pelos residentes de Macau quanto aos seus direitos e deveres contribuíram também para aproximar a Assembleia Legislativa das legítimas aspirações da população desta Região a um acesso facilitado às questões de Direito.

2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A 2ª Sessão Legislativa da II Legislatura foi marcada por um ritmo de produção legislativa ligeiramente superior ao registado na sessão legislativa anterior, embora se tenha ficado aquém dos elevados ritmos de actividade registados na I Legislatura. No decurso da Sessão Legislativa de 2002/2003, foram aprovadas em Plenário 14 Leis e 4 Resoluções. A discriminação das Leis e Resoluções aprovadas, com a indicação da data de aprovação em Plenário e do respectivo número e data de publicação em Boletim Oficial, encontra-se efectuada nos Quadros I e II em Anexo II.

Das iniciativas legislativas submetidas a votação na AL, 13 reportaram-se a propostas de lei e uma única a um projecto de lei intitulado “Alteração ao Decreto-Lei n.º 47/98/M, de 26 de Outubro, que estabelece o regime de condicionamento administrativo”, de iniciativa dos Deputados Leong Hen Teng, Vong Hin Fai, Ng Kuok Cheong, Kwan Tsui Hang, Leong Lok Wa e Jorge Manuel Fão, todos membros da 2ª Comissão Permanente. Este projecto de lei veio preencher uma lacuna na lei relativa à inexistência de regulamentação dirigida à actividade comercial dos estabelecimentos denominados de “cibercafés”, sendo de salientar, nomeadamente, a preocupação do

legislador em proteger os menores, sob o ponto de vista moral e educacional, do acesso indiscriminado aos conteúdos da Internet e a jogos electrónicos.

Das Resoluções aprovadas em Plenário, merece destaque, pela natureza da competência atribuída pela Lei Básica à AL, a referente à “Apreciação do Relatório sobre a Execução do Orçamento da RAEM de 2001” (Resolução n.º 5/2002, de 27/11/2002). Pelas competências consagradas no artigo 71.º da Lei Básica, compete à AL apreciar o relatório apresentado pelo Governo sobre a execução do orçamento da RAEM. Após o Parecer elaborado pela Comissão Permanente designada para o efeito, foi o projecto de Resolução sobre a referida matéria submetido e aprovado em Plenário, nos termos do artigo 155.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

As outras três Resoluções aprovadas em Plenário, dizem respeito a actos de administração relacionados com a autonomia financeira e administrativa da Assembleia Legislativa, designadamente os referentes à aprovação do “Orçamento privativo da Assembleia Legislativa para 2003”, da “Conta de Gerência de 2002 da Assembleia Legislativa” e do “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano de 2003”.

Os trabalhos da presente Sessão Legislativa, envolveram a realização de 30 Plenários e de 77 Reuniões das Comissões (Quadro III em Anexo II e Gráfico 1), de que resultaram a aprovação, já referida, de 14 Leis e 4 Resoluções (Quadros I e II em Anexo II e Gráfico 2).

Relativamente à sessão legislativa anterior, houve uma estabilização no número de reuniões em Plenário (30, na sessão legislativa de 2001/2002) e um aumento significativo no número de reuniões das Comissões (58, na sessão legislativa de 2001/2002).

Gráfico 1
Reuniões Efectuadas na 2.ª Sessão Legislativa da II Legislatura, 2002/2003

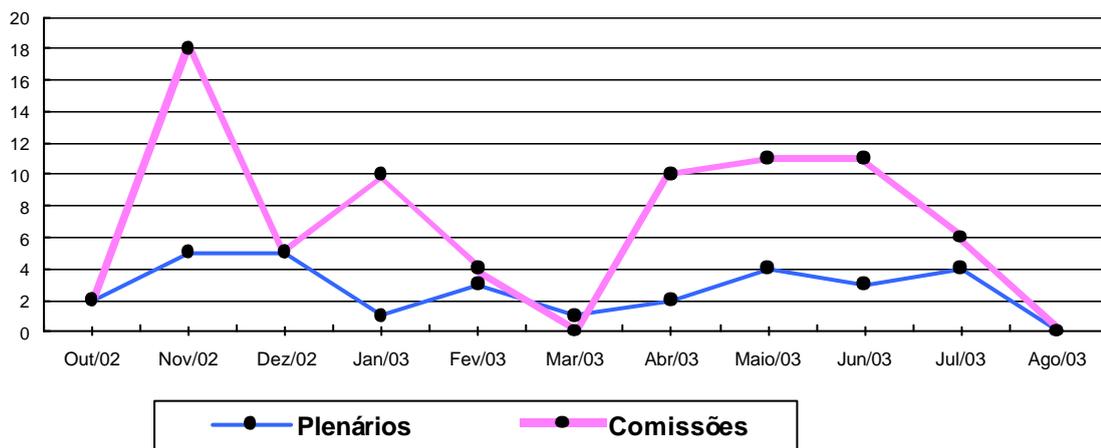
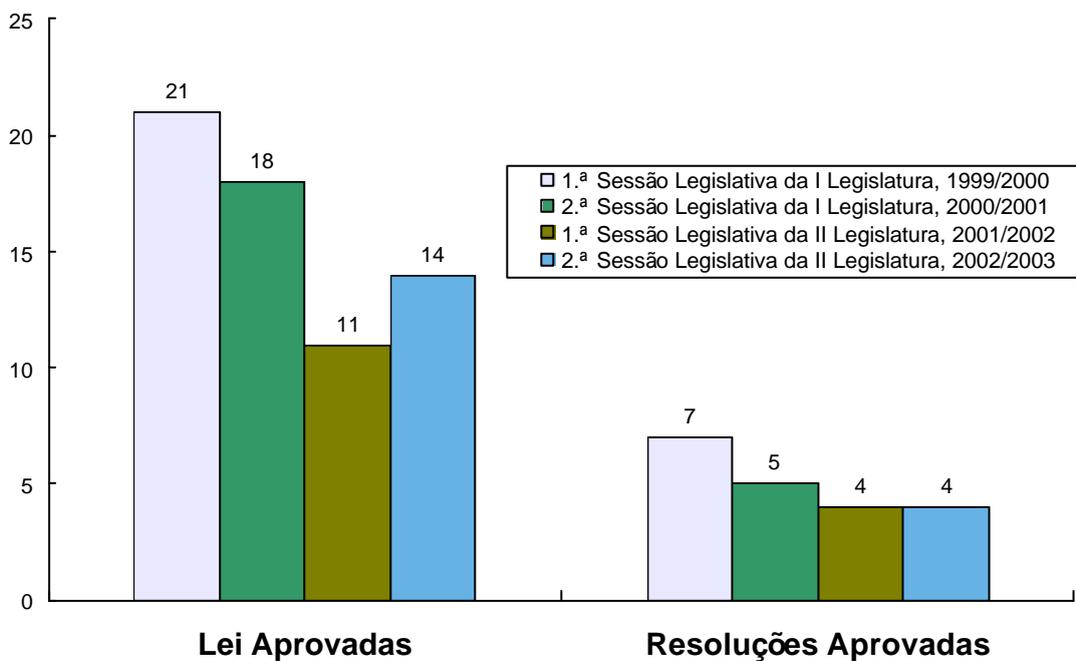


Gráfico 2
Leis e Resoluções Aprobadas na Assembleia Legislativa da RAEM



No conjunto das leis aprovadas, e à semelhança do verificado nas sessões legislativas anteriores, merece apontamento especial a análise e aprovação da proposta de lei referente ao Orçamento da RAEM para 2003, que foi antecedida pela apresentação pelo Senhor Chefe do Executivo das Linhas de Acção Governativa para o mesmo ano.

A apresentação e o debate sobre as Linhas de Acção Governativa para 2003, que decorreu em 7 sessões plenárias, constituiu um momento político de especial significado e de participação acrescida na intervenção dos Deputados no Plenário da AL, dada a relevância das políticas sectoriais e das prioridades de acção governativa na elaboração do Orçamento da RAEM, instrumento financeiro privilegiado de condução da política governamental.

Por áreas de governação, do conjunto das 13 propostas de lei apresentadas pelo Executivo e aprovadas na AL, 7 delas tiveram origem no Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças (GSEF), designadamente as intituladas: “Lei do Orçamento de 2003”, “Lei da comercialização do ouro”, “Regime tributário em caso de dupla tributação regional ou internacional”, “Autorização para a contracção de dívidas pelo Governo da RAEM”, “Benefícios fiscais temporários para minorar o impacto económico negativo da Síndrome Respiratória Aguda Severa”, “Lei do Comércio Externo” e “Altera o Regulamento do Imposto Profissional e o Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos”.

Da área de intervenção do Gabinete do Secretário para a Segurança (GSS), resultaram 4 propostas de lei apresentadas e aprovadas em Plenário da AL, designadamente as referentes a: “Lei de Bases da Segurança Interna da RAEM”, “Regime das carreiras, dos cargos e do estatuto remuneratório do pessoal alfandegário”,

“Princípios gerais do regime de entrada, permanência e autorização de residência” e “Alteração ao Decreto – Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro”.

Da iniciativa da área de governação do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça (GSAJ), resultou a aprovação da proposta de lei designada de “Aprova o Código de Processo de Trabalho”.

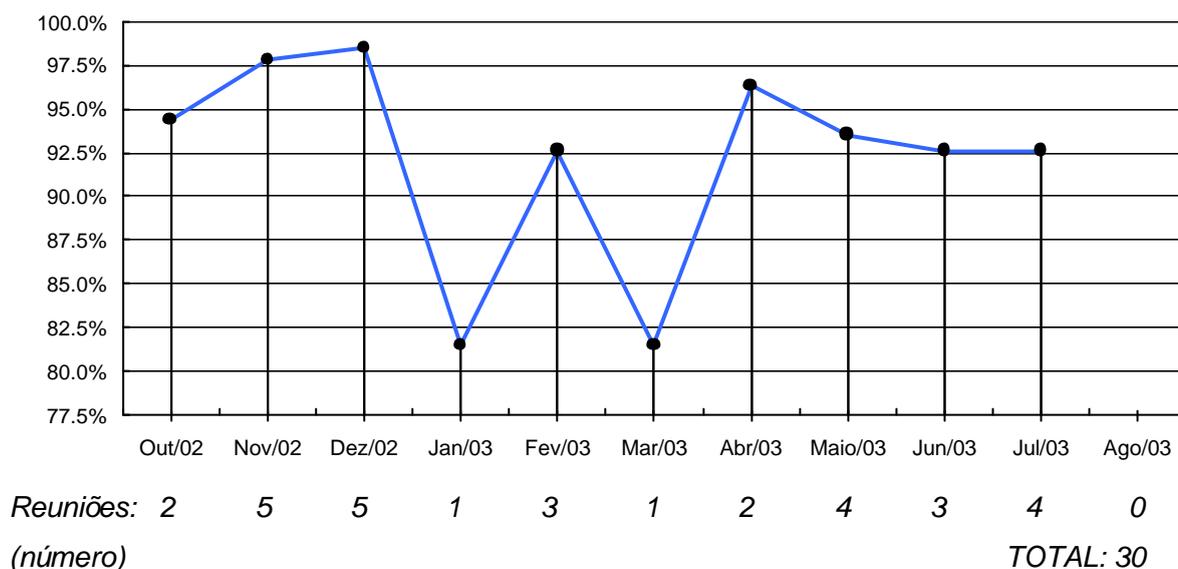
A proposta de lei intitulada “Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais”, aprovada pela AL, foi proposta pelo Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) no âmbito das suas competências próprias.

Por iniciativa de 14 Deputados, na presente sessão legislativa, foram efectuadas 124 interpelações escritas e 6 interpelações orais sobre as acções do Governo, conforme discriminação individual que se encontra efectuada no Quadro III, em Anexo II. Por outro lado, no decurso das sessões plenárias foi utilizado frequentemente o período de antes da ordem do dia, num total de 133 intervenções (Quadro III), em que foram abordados assuntos de carácter político, social, económico, cultural ou administrativo de interesse para a Região Administrativa Especial de Macau. Algumas das intervenções antes da ordem do dia, em número de 21 de um total de 133, foram convertidas em interpelações escritas pelos deputados subscritores, interpelações estas que estão incluídas no registo estatístico constante na última coluna do Quadro III.

A actividade legislativa, inerente a um total de 30 reuniões plenárias realizadas na presente sessão legislativa, foi acompanhada por uma elevada participação activa dos Deputados, tendo a taxa média de assiduidade aos Plenários se situado no valor expressivo de 94,2% (Gráfico 3), valor este ligeiramente superior ao verificado na sessão legislativa anterior (92,7%).

Gráfico 3

Assiduidade às Reuniões Plenárias na Sessão Legislativa de 2002/2003

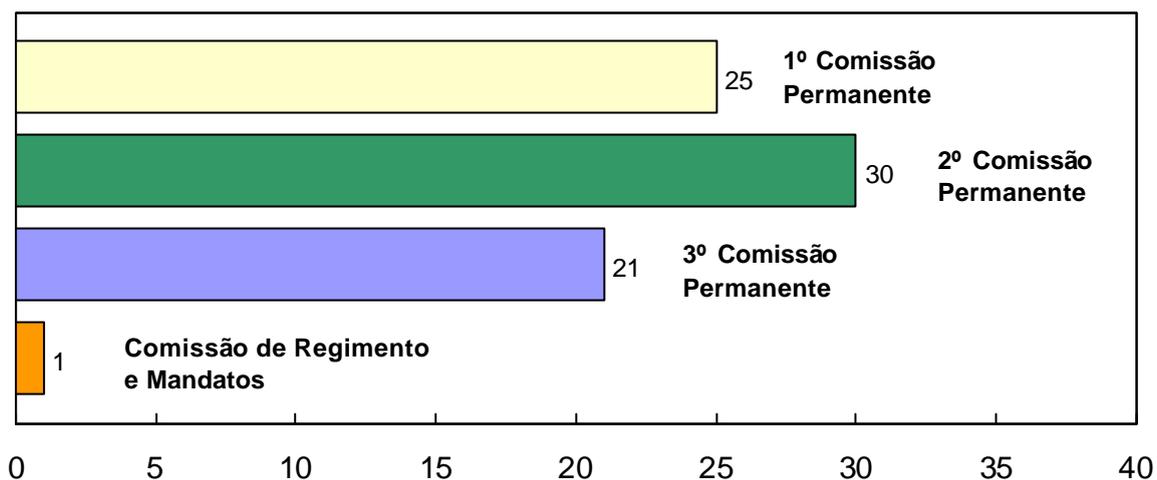


3. TRABALHOS NAS COMISSÕES

No decorrer da 2.^a Sessão Legislativa da II Legislatura, realizaram-se 77 reuniões por parte das três Comissões Permanentes e da Comissão de Regimentos e Mandatos (58 reuniões na sessão legislativa anterior). Os trabalhos das Comissões Permanentes permitiram uma análise aprofundada dos diplomas objecto de apreciação e a eventual formulação de sugestões de alteração na especialidade, conforme Pareceres emitidos pelas Comissões designadas para o efeito. A análise das propostas de Lei foi enriquecida, quando necessário, com o processo de consulta aos representantes do Executivo, bem como aos agentes económicos ou associações envolvidos como parte interessada nos respectivos diplomas.

Gráfico 4

Reuniões Efectuadas pelas Comissões na Sessão Legislativa de 2002/2003



Nesta Sessão Legislativa, tiveram lugar 76 reuniões por parte das três Comissões Permanentes e uma por parte da Comissão de Regimentos e Mandatos, versando esta última, nomeadamente, sobre o estudo do método de recolha de opiniões acerca do Regimento da Assembleia Legislativa. Qualquer uma das três Comissões Permanentes registou um número superior de reuniões efectuadas em relação à sessão legislativa anterior, havendo a registar também um maior equilíbrio em termos de participação comparada.

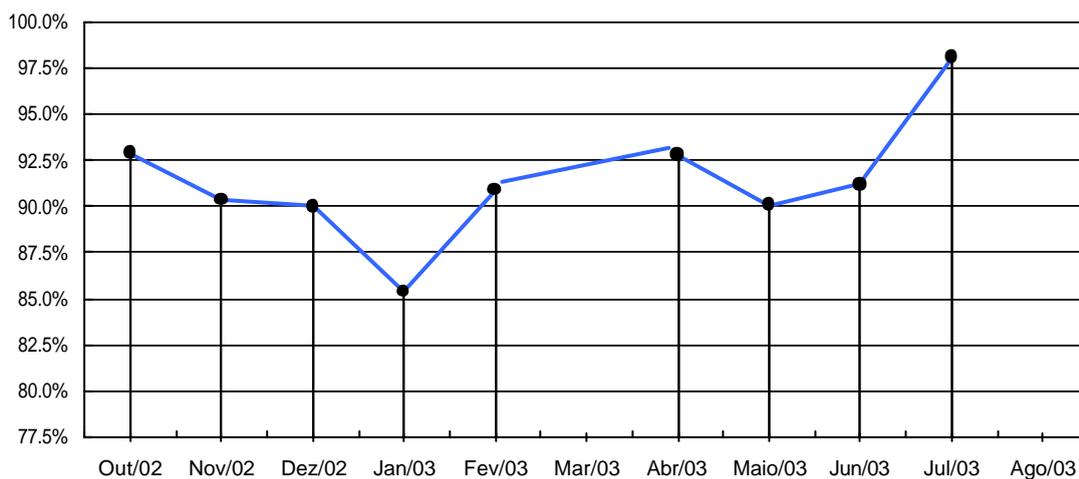
Para além do desenvolvimento dos trabalhos nas Comissões, concretizados em Pareceres emitidos para as propostas ou projectos de Leis e para efeitos de tomada de Resoluções, merece apontamento especial as reuniões das Comissões Permanentes para debateram assuntos que constituem motivos especiais de preocupação económica e social, susceptíveis de eventuais melhoramentos na legislação existente, designadamente os respeitantes ao apuramento e punição de actividades ilícitas nos estabelecimentos comerciais designados de “lojas ilegais”. Numa perspectiva similar, de acompanhamento de questões de interesse público na área económica, merece um

apontamento especial as reuniões sobre “o desenvolvimento das actividades logísticas na RAEM”, que possibilitaram a audição de uma exposição detalhada sobre esta prioridade de acção governativa por parte do Senhor Secretário para a Economia e Finanças e permitiram a auscultação de questões colocadas por representantes de operadores económicos.

A taxa média de assiduidade dos Deputados às reuniões realizadas pelas Comissões da AL situou-se em 90,8%, (Gráfico 5), o que demonstra o empenhamento participativo nos trabalhos das Comissões, os quais, nalguns casos, chegaram mesmo a contar com a presença da Senhora Presidente e de outros Senhores Deputados alheios à constituição formal da Comissão, mas interessados no conhecimento e desenvolvimento das respectivas matérias.

Gráfico 5

Assiduidade às Reuniões das Comissões na Sessão Legislativa de 2002/2003



Reuniões: 2 18 5 10 4 0 10 11 11 6 0
 (número) Total: 77

Por último, merece uma referência especial as visitas realizadas pelos Deputados da 2.^a Comissão Permanente ao Conselho do Ambiente, em 24 de Outubro de 2002 e ao Instituto Cultural de Macau em 8 de Agosto de 2003.

4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Na presente Sessão Legislativa, a componente de valorização dos recursos humanos continuou a ser privilegiada, tendo sido frequentados por um número muito significativo de funcionários dos Serviços de Apoio da AL diversos cursos ou acções de formação técnica dos SAFF, de entre os quais destacamos:

- *Workshop* para Chefias das Unidades Administrativas e Financeiras;
- Programa de Formação Essencial para Pessoal Técnico e Técnico Superior;
- Curso de Formação de Protocolo Diplomático;
- Curso de Técnicas de Atendimento;
- Curso de Formação sobre o Sistema de Gestão Informatizada de Utilização de Veículos das Entidades Públicas e
- Acção de Sensibilização do Programa de Formação para os Trabalhadores da Linha da Frente.

Os recursos humanos que compõem a assessoria jurídica da AL continuaram a frequentar, por seu turno, diversas acções de formação especializada, nomeadamente as referentes a: (i) “Curso de Produção Legislativa”, organizado pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária” e (ii) “18.^a Conferência Plenária LAWASIA 2003”, organizada por “The Law Association for Asia and the Pacific”, a ocorrer no mês de Setembro de 2003 em Tóquio.

Em 31 de Julho de 2003, exerciam funções nos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa um total de 61 trabalhadores, não havendo, portanto, alteração significativa

do número de efectivos nos últimos três anos (62 trabalhadores, tanto em 31/07/2000 como em 31/07/2001 e 63 trabalhadores em 31/07/2002).

Na mesma data, a taxa de execução orçamental situava-se em 42,4%, em relação a um valor orçamentado para o ano económico de 2003, incluindo orçamento suplementar, de MOP\$ 52 312 489,70, correspondendo a uma despesa paga de MOP\$ 22 180 568,20 (MOP \$ 21 925 499,30, de Janeiro a Julho de 2002).

A ligeira intensificação no ritmo de actividade legislativa na presente Sessão Legislativa, reflecte, em grande parte, o calendário de execução do Plano de produção/revisão Legislativa elaborado pelo Executivo, e explica, no essencial, o quase insignificante acréscimo na despesa total de funcionamento da AL.

5. PUBLICAÇÕES

Com o objectivo de contribuir para tornar o Direito mais acessível aos residentes de Macau, conforme o consagrado no Artigo 36.º da Lei Básica da RAEM, a Assembleia Legislativa prosseguiu, na 2.ª Sessão Legislativa da II Legislatura, à publicação de uma Colectânea de Leis subordinada ao tema genérico “Os Grandes Códigos”.

Os dez volumes publicados na Colectânea Sobre Os Grandes Códigos incluem cinco Grandes Códigos, nas versões chinesa e portuguesa, designadamente “Código Civil”, “Código Penal”, “Código Comercial”, “Código do Processo Civil” e “Código de Processo Penal”.

Para além destas publicações, a Assembleia Legislativa procedeu, na presente Sessão Legislativa, à edição de um VCD com um filme de cerca de 11 minutos sobre

as competências, estrutura e instalações da AL, disponibilizado em quatro versões linguísticas, designadamente em Cantonense, Mandarim, Português e Inglês.

6. RELAÇÕES EXTERNAS

No capítulo das relações externas, a actividade desenvolvida pela AL na Sessão Legislativa de 2002/2003, representada na maior parte dos casos pela Senhora Presidente, foi bastante intensa e diversificada, à semelhança do que aconteceu nas sessões legislativas anteriores.

Em período que antecedeu a retoma dos trabalhos do órgão legislativo, mais propriamente na segunda metade do mês de Setembro de 2002, a Senhora Presidente da AL acompanhou, em resposta a um honroso convite, o Senhor Chefe do Executivo numa visita oficial a Moçambique. Posteriormente, a Senhora Presidente da AL recebeu um novo convite, desta vez para se integrar numa visita oficial do Senhor Chefe do Executivo à Coreia do Sul, que teve lugar em meados de Outubro de 2002.

No decurso da presente Sessão Legislativa, foram efectuadas diversas audiências por parte da Senhora Presidente da AL aos representantes do corpo diplomático acreditado em Macau e Hong Kong, designadamente ao Cônsul - Geral ou outros dignatários consulares, dos seguintes países (por ordem cronológica): Finlândia, Dinamarca, Argentina, Holanda, Estados Unidos da América, Alemanha, Filipinas, Portugal (novo Cônsul – Geral em Macau), França e Hungria.

Merecem, ainda, destaque, as audiências concedidas pela Senhora Presidente da AL a uma delegação do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, a uma delegação

da Associação dos Advogados dos Países Lusófonos e aos representantes, ao mais alto nível, do Gabinete para os Assuntos Constitucionais do Governo da RAEHK.

No capítulo do relacionamento externo, importa sublinhar, em Outubro de 2002, o encontro dos Deputados da AL com uma delegação de Cônsules-Gerais da União Europeia em Hong Kong e Macau e, posteriormente, em Maio de 2003, o encontro dos membros da Mesa e dos presidentes das Comissões Permanentes da AL com uma outra delegação, composta por 13 elementos, dos Cônsules-Gerais da União Europeia em Hong Kong.

Prosseguiram, no decurso da presente Sessão Legislativa, as relações de cordialidade entre representantes dos órgãos de soberania do Governo Central da República Popular da China e a Assembleia Legislativa da RAEM, através de audiências concedidas pela Senhora Presidente ao Comissário e Vice - Comissário do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da R.P.China na RAEM. De assinalar, de igual modo, a recepção oferecida pela Mesa da AL aos membros da Comissão de Redacção da Lei Básica e da Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau e a visita à AL de membros do Grupo de Trabalho de Divulgação Ultramarina da Comissão Promotora da Lei Básica da RAEHK e de um grupo de dirigentes dos Serviços Públicos da província de Shanxi.

Por último, durante a Sessão Legislativa de 2002/03, a actividade da Assembleia Legislativa mereceu, à semelhança de anos anteriores, uma ampla cobertura noticiosa por parte dos órgãos de comunicação social, através nomeadamente da divulgação dos trabalhos desenvolvidos nas Comissões e dos debates efectuados nos Plenários. Desta forma, regista-se com apreço o contributo da comunicação social para uma melhor percepção por parte dos residentes de Macau do significado e importância da actividade política do órgão legislativo da RAEM.

7. ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DIVULGAÇÃO NA INTERNET

De acordo com Resolução n.º 6/2000 da Assembleia Legislativa, “o serviço de atendimento ao público destina-se a receber opiniões, sugestões ou reparos relativos à produção legislativa, a acções ou políticas do Governo ou a outros temas de interesse público, bem como a prestar esclarecimentos sobre a actividade da Assembleia Legislativa e a prestar auxílio no exercício do direito de petição e de queixa perante a Assembleia Legislativa”. Tendo em vista a aplicação desta Resolução, a Assembleia Legislativa continuou a disponibilizar, de forma escalonada, o serviço de atendimento ao público por parte dos Senhores Deputados. Neste âmbito, de 16 de Outubro de 2002 até 31 de Julho de 2003, foram efectuados 28 contactos presenciais de residentes de Macau com os Senhores Deputados. No mesmo período, foram efectuados 23 contactos telefónicos de resposta a questões colocadas por residentes de Macau à AL.

Por seu turno, a página da Assembleia Legislativa na Internet divulga um conjunto de informações básicas sobre o Estatuto, Competências e Atribuições do órgão legislativo da RAEM, bem assim como faz referência à composição dos Órgãos da AL, ao perfil dos Senhores Deputados, à produção legislativa em fase de apreciação, na generalidade ou na especialidade, aos Pareceres das Comissões, às Leis e Resoluções recentemente aprovadas, às Publicações da AL e à Agenda mensal dos principais acontecimentos na AL. A possibilidade de envio de opiniões/questions por parte dos residentes de Macau, no âmbito da resolução acima referida, por via do correio electrónico é uma realidade desde Março de 2001. O presente Relatório de Actividades, à semelhança do que aconteceu em relação aos três anteriores, será inserido na página da AL na Internet.

A Presidente da Assembleia Legislativa

Susana Chou

附件一 ANEXO I

澳門特別行政區立法會各機關及委員會的組成 第二屆立法會 第二立法會期 (2002/2003)

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS E COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA RAEM II LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002/2003)

主席 **PRESIDENTE**
曹其真 Susana Chou

副主席 **VICE-PRESIDENTE**
劉焯華 Lau Cheok Va

執行委員會 MESA

主席	Presidente	-	曹其真	Susana Chou
副主席	Vice-Presidente	-	劉焯華	Lau Cheok Va
第一秘書	1º Secretário	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
第二秘書	2º Secretário	-	高開賢	Kou Hoi In

行政委員會 CONSELHO ADMINISTRATIVO

議員	Deputado	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
秘書長	Secretária-Geral	-	施明蕙	Celina Silva Dias Azedo
處長	Chefe de Divisão	-	田愛珍	Raquel de Fátima

章程及任期委員會
COMISSÃO DE REGIMENTOS E MANDATOS

主席	Presidente	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
秘書	Secretário	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	賀定一	Ho Teng Iat
委員	Membro	-	戴明揚	José Manuel de Oliveira Rodrigues
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong

第一常設委員會
1ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	馮志強	Fong Chi Keong
秘書	Secretário	-	戴明揚	José Manuel de Oliveira Rodrigues
委員	Membro	-	唐志堅	Tong Chi Kin
委員	Membro	-	賀定一	Ho Teng Iat
委員	Membro	-	周錦輝	Chow Kam Fai David
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	徐偉坤	Tsui Wai Kwan
委員	Membro	-	陳澤武	Chan Chak Mo
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San

第二常設委員會
2ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	梁慶庭	Leong Heng Teng
秘書	Secretário	-	黃顯輝	Vong Hin Fai
委員	Membro	-	區宗傑	Au Chong Kit aliás Stanley Au
委員	Membro	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong
委員	Membro	-	張偉基	Cheong Vai Kei
委員	Membro	-	方永強	Jorge Manuel Fão
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa

第三常設委員會
3ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	鄭志強	Cheang Chi Keong
秘書	Secretária	-	容永恩	Iong Weng Ian
委員	Membro	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
委員	Membro	-	高開賢	Kou Hoi In
委員	Membro	-	許世元	Hoi Sai Iun
委員	Membro	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	張立群	Vitor Cheung Lup Kwan
委員	Membro	-	鄭康樂	João Bosco Cheang

ANEXO II

QUADRO I LEIS APROVADAS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA da II LEGISLATURA, 2002/2003

Lei N°	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. N°	Data
9/2002	Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau	2002/11/27	49	2002/12/9
10/2002	Lei do Orçamento de 2003	2002/12/19	52	2002/12/30
1/2003	Lei da comercialização do ouro	2002/12/19	1	2003/1/6
2/2003	Regime tributário em caso de dupla tributação regional ou internacional	2003/2/10	8	2003/2/24
3/2003	Regime de carreiras, dos cargos e do estatuto remuneratório do pessoal alfandegário	2003/2/10	8	2003/2/24
4/2003	Princípios gerais de entrada, permanência e autorização de residência	2003/2/25	11	2003/3/17
5/2003	Autorização para a contracção de dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau	2003/5/20	22	2003/6/2
06/2003	Benefícios fiscais temporários para minorar o impacto económico negativo da Síndrome Respiratória Aguda Severa	2003/5/29	22	2003/6/2
07/2003	Lei do Comércio Externo	2003/6/5	25	2003/6/23
08/2003	Alteração ao Decreto-Lei n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro	2003/6/18	26	2003/6/30
09/2003	Aprova o Código do Processo de Trabalho	2003/6/18	26	2003/6/30
10/2003	Alteração ao Decreto-Lei n.º 47/98/M, de 26 de Outubro que estabelece o regime de condicionamento administrativo *	2003/7/3	30	2003/7/28
11/2003	Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais	2003/7/10	30	2003/7/28
12/2003	Altera o Regulamento do Imposto Complementar e o Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos	2003/7/24	32	2003/8/11

* Projecto de Lei relativo ao condicionamento da actividade comercial dos "cibercafés".

QUADRO II**RESOLUÇÕES APROVADAS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA II LEGISLATURA, 2002/2003**

Resolução Nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. Nº	Data
4/2002	Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa da RAEM para 2003	2002/10/16	43	2002/10/28
5/2002	Apreciação do Relatório sobre a Execução do Orçamento da RAEM de 2001	2002/11/27	48	2002/12/2
1/2003	Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da RAEM relativa ao ano de 2002	2003/4/22	17	2003/4/28
2/2003	1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da RAEM relativo ao ano de 2003	2003/4/22	17	2003/4/28

QUADRO III

PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA II LEGISLATURA, 2002/2003

Deputados	Presenças					Intervenções Antes da Ordem do dia	Interpeleções Escritas e Orais #
	Plenários	Comissões Permanentes			Comissão de Regimentos e Mandatos		
		1ª	2ª	3ª			
Susana Chou	28						
Lau Cheok Va	29						
Leonel Alberto Alves	24			18			
Kou Hoi In	30			21		3 + 3*	1 ** ₍₃₎ + 1 # ₍₄₎
Chui Sai Cheong	29	19				1 + 1*	1 # ₍₄₎
Kwan Tsui Hang	30		29		1	9 + 1*	3 + 1** ₍₂₎ + 1 #
Philip Xavier	28			19	1		
Ho Teng Iat	29	25			1	2	
José Manuel Rodrigues	27	25			1		
Ng Kuok Cheong	30		30		1	23 a)	39 a) + 1 #
Fong Chi Keong	29	25					
Tong Chi Kin	30	22					
Chow Kam Fai David	26	23				5	
Tsui Wai Kwan	29	25				11 b)	3 b) + 1 #
Chan Chak Mo	28	23				2 b)	2 b)
Au Kam San	30	25				23	51 + 1 #
Leong Heng Teng	30		30			6 + 1*	9
Vong Hin Fai	29		29				
Au Chong Kit aliás Stanley Au	20		15			1	
Cheong Vai Kei	29		29				
Jorge Manuel Fão	29		30			20	5
Leong Iok Wa	30		30			8	2 + 1 #
Cheang Chi Keong	29			21		3 + 3*	1 ** ₍₃₎ + 1 # ₍₄₎
Hoi Sai Iun	28			19		6 *	1 ** ₍₃₎ + 1 # ₍₄₎
Iong Weng Ian	30			21		10 + 1*	7
Vitor Cheung Lup Kwan	23			2			
João Bosco Cheang	30			21		4 c)	1 c) + 1** ₍₂₎
TOTAIS	30	25	30	21	1	133	124 + 6 #

Notas:

* significa que a Intervenção foi subscrita com outro(s) deputado(s) mas não apresentada oralmente pelo próprio.

**₍₂₎ ou **₍₃₎ significa que a Interpeleção Escrita foi subscrita por dois (2) ou três deputados (3).

Requerimentos admitidos (6) para efeitos de Interpeleção oral sobre a acção governativa em reunião plenária a realizar na próxima sessão legislativa.

#₍₄₎ Um dos 6 Requerimentos admitidos para efeitos de Interpeleção oral é subscrito por quatro deputados.

a) 16 Intervenções antes da Ordem do Dia foram convertidas em Interpeleções por Escrito.

b) 2 Intervenções antes da Ordem do Dia foram convertidas em Interpeleções por Escrito.

c) 1 Intervenção antes da Ordem do Dia foi convertida em Interpeleção por Escrito.